



Especial

PREVIDÊNCIA: DESTRUIÇÃO NÃO É REFORMA

(Páginas 4 a 9)

› CÉDULA DE IDENTIDADE FUNCIONAL PARA APOSENTADOS: JÁ SOLICITOU A SUA? (Página 3)

MP 765/2016 (REAJUSTE SALARIAL):

› RELATOR EMITE PARECER FAVORÁVEL E JUDICIALIZAÇÃO É CARTA NA MANGA (Página 8)

EDITORIAL

NÃO À DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Não se trata de ser pura e simplesmente contra a reforma da Previdência, mas sim de ser contra uma reforma nos termos que estão sendo propostos pelo governo, não interessa se ele é de esquerda, direita ou de centro.

A ANFIP-MG não é contra a necessidade de ajustar os regimes Geral (RGPS) e Próprio (RPPS) da Previdência. Entretanto, a reforma que está sendo analisada pelo Congresso Nacional penaliza os setores mais carentes da população, tem caráter excludente e não apresenta soluções no sentido de aperfeiçoar as fontes de financiamento. Transfigurada como solução para o caos econômico pelo qual o país passa, não tem outro objetivo a não ser estimular a migração das pessoas para a previdência privada, patrocinada pelos grandes bancos. É a verdadeira destruição da Seguridade Social e da Previdência Social Pública.

A discussão deve ser ampliada. O governo deve inserir no debate as dívidas e as renúncias previdenciárias, bem como o impacto da DRU sobre contribuições sociais (pela desvinculação das receitas da União — DRU — 30% dos recursos previstos inicialmente na Constituição Federal como custeio da Seguridade são desviados para outros fins), o que melhoraria, sobremaneira, a estrutura fiscalizadora das contribuições previdenciárias.

Além de tudo, por que o principal argumento dele é o falacioso rombo na Seguridade Social? Ora, a ANFIP,

integrada por Auditores-Fiscais — que têm a prerrogativa de fiscalizar as contas da Previdência —, publica estudo sério há mais de 20 anos mostrando que isso não é verdade.

Simples: é muito mais fácil jogar a conta sobre as costas do povo do que enfrentar os detentores do poder econômico, que financiam a maioria dos integrantes dos governos federal, estadual e municipal. Para ilustrar, tomemos o recente episódio da operação Lava-Jato, em que um empresário, em seu depoimento deixou claro que “comprou o país” (leia-se

É muito mais fácil jogar a conta sobre as costas do povo do que enfrentar os detentores do poder econômico, que financiam a maioria dos integrantes dos governos.

classe política, que, lamentavelmente, é quem decide nosso futuro). Não podemos considerar legítima uma reforma proposta por essas pessoas que estão comprometidas com os interesses dos distribuidores de recursos para a perpetuação daqueles no poder.

Para os que ainda não entenderam (ou deliberadamente não querem entender), é marca da ANFIP-MG e da ANFIP a defesa incondicional da Previdência Social Pública e da justiça social. E se os argumentos sólidos apresentados pelas entidades não servem para mitigar as fracas explicações alardeadas pelo governo federal, não há mais nada a dizer a não ser co-

locar uma dúvida na percepção dessas pessoas: se a grande mídia, de fato, quisesse cumprir seu papel de informar imparcialmente e não tivesse interesse nesta reforma, publicaria, em contraponto, as explicações de renomados especialistas, que confrontam, de forma contundente, os dados apresentados pelo governo, a exemplo da doutora e professora de Economia da UFRJ, Denise Gentil (veja, na página 7, reportagem sobre debate que ela fez em Belo Horizonte).

Os que defendem a proposta do governo parece sequer permitirem-se refletir sobre o que os especialistas que não concordam com ela têm a dizer. Preferem a análise rasa dos economistas a serviço dos grandes conglomerados do poder econômico, que, inclusive, pautaram os termos da PEC 287/2016, vide a agenda do secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano (desde agosto, foram inúmeros encontros dele com banqueiros e rentistas. Apenas dias antes de o governo apresentar a PEC é que representantes dos trabalhadores foram ouvidos).

A despeito de todas as informações que temos publicado, muitos ainda preferem a dicotomia de partido A versus partido B (normalmente pautados por informações da grande mídia) e colocam uma viseira para os contrapontos oferecidos pelas mídias alternativas, como a ANFIP-MG e a ANFIP.

Mesmo assim, insistimos: participe das atividades que temos promovido para ampliar a percepção e o julgamento e, se for o caso, ajude-nos nas mobilizações para tentar barrar esse absurdo que o governo está fazendo com o país.



Órgão Informativo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais - ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ilva Maria Franca Lauria
Presidente
Ana Lúcia Guimarães Silva
Vice-Presidente
Nelson Madalena Penitente
Vice-Presidente de Administração
Maria José Soares Freire
Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio
Maria José Comanduci
Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional
Marcos Barbonaglia da Silva
Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas
Maria Lisboa Macedo
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais
Maria Teresa Teixeira de Lara
Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais
Lázaro Idino Bagliano
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Maria da Consolação Santos Oliveira
1º Suplente
Maria de Fátima Carvalho Ponso
2º Suplente
Walter Gandi Delogo
3º Suplente
Ângela Maria de Carvalhais Levy
4º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Sebastião Lenes Freire Murta
Presidente
Maria Madalena Theodora
Coordenadora
Ana Emília W. Roosevelt Coutinho
Relatora
Suplentes
Ângela Maria Lamounier
1º suplente
Gabriel da Silva Neto
2º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Bernadette Mourão Duarte
(Belo Horizonte)
Gabriel da Silva Neto
(Contagem)
Inês Rodrigues Calil Daher
(Uberlândia)
Lázaro Idino Bagliano
(Coronel Fabriciano e Gov. Valadares)
Luiz Roberto Aguiar
(Uberaba)
Marcos Barbonaglia da Silva
(Poços de Caldas)
Maria Inês Pereira Dias
(Divinópolis)
Maria Regina de Souza
(Varginha)
Albertina Maria Fonseca
(Sete Lagoas)
Reginaldo Marques Botelho
(Montes Claros)

COLABORADOR

Mário Lúcio Guerra
(Juiz de Fora)

ASSESSORAS

Jamir Campos de Cerqueira
Maria de Fátima Carvalho Ponso
Maria da Consolação S. Oliveira

Conselho Editorial

Ilva Franca Lauria, Ana Lúcia Guimarães, Marcos Barbonaglia da Silva e Jamir Campos de Cerqueira

Jornalista responsável:

Giuliano Peixoto
(Reg. Prof. MG 15069 JP)
Editoração eletrônica:
Giuliano Peixoto

Tiragem: 1.500 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:
(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829
Email: anfipmg@anfipmg.org.br
Site: www.anfipmg.org.br
Facebook: www.facebook.com/anfipmg
End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG.


FALE CONOSCO

www.anfipmg.org.br

@ anfipmg@anfipmg.org.br

f www.facebook.com/anfipmg

(31) 3201-3582

XXVI CONVENÇÃO NACIONAL

VEM AÍ O MAIOR EVENTO DA ANFIP

Representantes de Minas Gerais

A ANFIP Nacional realiza, entre os dias 20 e 23 de maio de 2017, no complexo Brasil 21 (rede de hotéis localizada em Brasília-DF, onde também está situada a sede da Associação), a XXVI Convenção Nacional, maior evento da entidade, que acontece a cada dois anos.

Além de participar da convenção, os associados e representantes da ANFIP poderão conhecer melhor a cidade, fazer passeios por seus pontos turísticos e aproveitar para confraternizarem-se e reencontrar os colegas.

No primeiro dia da XXVI Convenção Nacional, após a sessão solene de abertura, será realizado um coquetel em comemoração ao aniversário de 67 anos da ANFIP.

Além disso, é na convenção que serão apresentadas as chapas que devem concorrer aos cargos dos Conselhos Executivo e Fiscal para o próximo biênio (2017/2019).



A ANFIP-MG será representada na XXVI Convenção Nacional por cinco convencionais, sendo quatro eleitos em meados de abril/2017 e um nato — vaga destinada à presidente da entidade, Ilva Franca Lauria —, os quais participarão ativamente das discussões e deliberações. Os convencionais eleitos foram os seguintes associados: Décio Bruno Lopes; Lázaro Idino Bagliano; Maria Geralda Vitor; e Walter Gandi Delogo.

Contudo, qualquer associado pode participar da Convenção, bastando fazer a inscrição pelo site da ANFIP. Para isto, acesse o endereço <https://goo.gl/jcsxWk>.

Para maior conforto dos associados, a ANFIP fez uma parceria com a Conextur — empresa com a qual já trabalhou — para oferecer pacotes de viagem para o evento. Os detalhes e a programação podem ser conferidos no endereço <https://goo.gl/5MkAC3>.

AUDITORES-FISCAIS APOSENTADOS TERÃO CÉDULA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

A emissão da cédula de identificação do Auditor-Fiscal aposentado — com o brasão da República —, que vinha sendo demandada há bastante tempo, enfim será atendida.

Com o objetivo de viabilizar a produção do documento, a ANFIP Nacional assinou contrato com a empresa Thomas Greg & Sons e, em Minas Gerais, a ANFIP-MG estabeleceu parceria com a Superintendência da Receita Federal da 6ª Região Fiscal.

Abaixo, está o procedimento necessário para a emissão das cédulas dos Auditores-Fiscais aposentados de Minas Gerais que já haviam manifestado interesse (a relação com os nomes está encartada no jornal):

1) Recebimento, pela ANFIP-MG, das fichas cadastrais dos Auditores-Fiscais aposentados de Minas Gerais, que manifestaram, à ANFIP Nacional, o interesse pela cédula de identificação;

2) Os Auditores-Fiscais aposentados de Belo Horizonte e Grande BH ou das cidades próximas da capital deverão comparecer, pessoalmente, à sede da ANFIP-MG (Rua dos Carijós, 150, 7º andar. Centro. BH/MG), entre os dias **08 de maio e 15 de junho de 2017**, para conferir seus dados cadastrais. Na ocasião, deverão fornecer cópias dos seguintes documentos:

- A) Identidade;
- B) CPF;

- C) Comprovante de endereço;
- D) Foto 3x4 (obrigatoriamente colorida) que tenha sido tirada há menos de seis meses (obs.: pessoas do sexo masculino deverão estar de gravata e paletó na foto);
- E) Grupo sanguíneo e fator RH.



Aqueles que residem nas cidades do interior de Minas Gerais, caso queiram, também poderão comparecer à ANFIP-MG no prazo estabelecido acima (**08/05 a 15/06**). Entretanto, informamos que, posteriormente, a RFB vai realizar esse procedimento nas 12 delegacias do órgão no estado (somente nas delegacias e não nas agências);

3) Coleta, em formulário próprio, dos dados biométricos: Estando a ficha cadastral conferida e assinada, será colhida a digital do Auditor-Fiscal aposentado, no formulário para coleta de dados biométricos;

4) A ANFIP-MG enviará a documentação para a Administração da RFB, que providenciará a confecção das cédulas de identificação;

5) Quando a Digep da RFB da 6ª Região receber as cédulas da empresa Thomas Greg & Sons, tais documentos serão encaminhados à ANFIP-MG, para que sejam entregues aos aposentados, mediante assinatura de termo de entrega.

O Auditor-Fiscal aposentado deverá ficar atento e comparecer à sede da ANFIP-MG entre os dias **08 de maio e 15 de junho de 2017**.

O recebimento da cédula de identificação pelo aposentado ficará restrito à unidade onde foi feita a solicitação.

E QUEM AINDA NÃO SOLICITOU?

Qualquer outro Auditor-Fiscal aposentado, associado ou não, que não manifestou interesse junto à ANFIP para ter sua cédula de identificação ainda poderá fazer a opção, impreterivelmente, até o dia **15 de junho de 2017** junto à Secretaria da ANFIP-MG, pelo telefone (31) 3201-3582 ou pelos e-mails secretaria@anfipmg.org.br e anfipmg@terra.com.br.

Caso tenha dúvidas, é só entrar em contato com a Secretaria da Associação.

E-MAIL INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA ANFIP-MG EM FASE DE TESTES

Está em fase de teste o novo email institucional para contato com a Secretaria da ANFIP-MG. O endereço eletrônico secretaria@anfipmg.org.br substituirá o anfipmg@terra.com.br. As mensagens ainda podem ser encaminhadas para o anfipmg@terra.com.br, mas, após a fase de testes, este será extinto.

Lembramos que ainda temos os emails anfipmg@anfipmg.org.br e comunicacao@anfipmg.org.br e a fanpage (www.facebook.com/anfipmg).

REFORMA? SÓ SE FOR PARA MELHORAR

Depois que o governo enviou a PEC 287/2016 (reforma da Previdência) ao Congresso Nacional, em 7 de dezembro de 2016, teve início uma intensa mobilização, em todo o país, contra os termos estabelecidos na proposta, que irão provocar prejuízo, sobretudo, aos setores mais carentes da população.

Em Minas Gerais, a luta é capitaneada pela Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, formada em junho de 2016, composta por 85 entidades — entre associações, sindicatos, centrais sindicais, movimentos estudantis, sociais e populares — e coordenada pela ANFIP-MG.

Equivocadamente, segundo entendimento da Associação, o governo instituiu a PEC 287/2016 como uma das principais medidas para retomar o crescimento do país, ao lado do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016), da reforma Trabalhista (PL 6787/2016) e da Lei de Terceirização (13.429/2017).

Como tem pressa para aprovar as medidas, o governo articula-se com os líderes do Congresso para aprová-las o mais rápido possível, sem o devido debate com o principal envolvido: a sociedade brasileira.

Por isso, as entidades e representações de servidores públicos, do setor privado e da sociedade civil têm se desdobrado para contestar, de forma sólida, os fracos argumentos do governo, que demonstra estar alinhado aos interesses das grandes corporações financeiras, deixando em segundo plano a promoção do bem de todos e a redução das desigualdades sociais e regionais, fixados, constitucionalmente, como objetivos da República Federativa do Brasil.

Os movimentos contrarreforma (nos termos propostos) que acontecem em todo o país vêm surtindo resultado, já que o governo recuou e flexibilizou alguns pontos da proposta, que ainda incide apenas sobre os benefícios e não apresenta soluções para aperfeiçoar as fontes de financiamento.

Entretanto, o relatório da PEC 287/2016 foi aprovado, com as referidas alterações (falta votar emendas), no dia 03/05/2017, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a matéria. Os deputados federais mineiros **Carlos Melles (DEM-MG)**; **Aelton Freitas (PR-MG)**; **Bilac Pinto (PR-MG)**; e **Marcus Pestana (PSDB-MG)** votaram contra o povo, a favor do relatório.

Nas próximas páginas, fazemos um registro histórico, com as principais atividades das quais a Frente Mineira e a ANFIP-MG participaram. Confira!

PRIMEIRO ATO PÚBLICO DA FRENTE MINEIRA NO ANO



A primeira mobilização do ano aconteceu no dia 24 de janeiro de 2017 (Dia do Aposentado e da Previdência Social), na Praça 7, em Belo Horizonte

Na ocasião, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG e coordenadora

da Frente, Ilva Franca, ressaltou os prejuízos que a proposta de reforma irá provocar aos trabalhadores brasileiros e destacou que não existe rombo na Previdência — a justificativa do governo para que seja feita a reforma.

Ela observou ainda que essa luta contra a destruição da Previdência Social é de todos e que a Previdência é uma conquista do povo brasileiro.

Pela ANFIP-MG, estiveram presentes, além da presidente, a vice-presidente Executiva, Ana Lúcia Guimarães; a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci; e a assessora Maria de Fátima Ponzo.

ANFIP-MG PARTICIPA DE DEBATES EM BRASÍLIA

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG participou, no dia 31 de janeiro de 2017, em Brasília, de dois importantes debates sobre a reforma da Previdência. Em ambos, ela representou a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social.

O primeiro foi uma reunião com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, da qual também participaram a OAB Nacional e diversas entidades de servidores públicos e movimentos sociais, o senador João Capiberibe (PSB/AP) e a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP). Na ocasião, os representantes das entidades e os parlamentares cobraram uma detalhada auditoria nas contas da Previdência Social.

A presidente falou sobre a atuação da Frente Mineira e afirmou que o posicionamento do TCU é imprescindível para toda a sociedade e para os trabalhadores brasileiros. “Eu lanço um apelo: que o TCU faça a análise das contas da Previdência, para que possamos ter um debate de qualidade”, defendeu.

O ministro do TCU disse ter convicção sobre a sustentabilidade da Previdência. Ponderou, entretanto, que faltam gestão

e governança, sobre as quais a PEC não faz nenhuma observação. Ele determinou a realização de uma fiscalização conjunta na área de Previdência Social, a fim de garantir a transparência dos dados e o debate qualificado da sociedade civil e do governo.

Emendas à PEC 287/2016*

Ainda no dia 31 de janeiro de 2017, a presidente participou de um debate no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, que teve como objetivo consolidar propostas de emendas à PEC 287/16. Além das entidades, participaram membros das comissões de Direito Previdenciário da OAB Nacional e de todas as 27 seccionais do Conselho e parlamentares.

Ilva Franca pontuou que uma das principais ações que precisam ser feitas para tentar barrar a PEC 287/2016 é o trabalho parlamentar na base. “Já temos um mapa eleitoral dos deputados federais mineiros, para facilitar o trabalho parlamentar. Sugiro que esse trabalho seja feito em todo o país, sobretudo quando as emendas estiverem consolidadas”, observou.

*Com informações da OAB/MG

ASSOCIAÇÃO MARCA PRESENÇA EM WORKSHOP SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2017, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG participou do **workshop “Multiplicadores sobre a Reforma da Previdência Social”**, realizado em Brasília, pela ANFIP, em parceria com a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), Anauni (Associação Nacional dos Advogados da União), Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) e Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos). O evento contou com a participação dos economistas

Eduardo Fagnani (Unicamp), Denise Gentil (UFRJ) e Clóvis Scherer (Dieese).

Esta foi a primeira turma do programa, que tem por objetivo compartilhar conhecimentos sobre a Seguridade Social e formar multiplicadores capazes de levar ao conhecimento público a realidade da Previdência e de ampliar o debate social sobre as mudanças constitucionais previstas na reforma.

Como representante da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, a presidente avaliou como bastante oportuna a

iniciativa, já que não é fácil traduzir os detalhes da Seguridade Social para a sociedade em geral.



FRENTE MINEIRA E OAB/MG REITERAM REPÚDIO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Giuliano Peixoto

No dia 8 de fevereiro de 2017, aconteceu mais um ato público contra a reforma da Previdência nos termos propostos pela PEC 287/2016. A manifestação marcou a integração da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB/MG) ao movimento da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social.

O objetivo da mobilização — que contou com a presença da deputada estadual Marília Campos (PT) e de mais de 60 entidades representantes de servidores públicos, associações, sindicatos e movimentos populares — foi chamar a atenção da população de Belo Horizonte para a destruição que o governo está tentando impor à Seguridade Social.

A ANFIP-MG, que coordena a Frente Mineira, foi representada pela presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca Lauria, pela vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci, e pela coordenadora do Conselho Fiscal, Madalena Vieira.

A presidente reforçou o posicionamento da Frente Mineira, de derrubar o mito do déficit na Previdência, esclarecer a sociedade de forma simples sobre as mudanças de regras e reforçar a necessidade de pressionar os parlamentares.

Ela ainda ressaltou que reforma deve ser para melhorar, mas no caso da Previdência, o que se faz é destruí-la para beneficiar banqueiros e o sistema financeiro.

Por fim, salientou que a Frente Mineira é suprapartidária. “Neste momento, todo o povo brasileiro deve se unir, para não deixar a PEC 287/2016 ser aprovada da forma como está”, conclamou.

PRESIDENTE REPRESENTA ANFIP-MG E FRENTE MINEIRA EM EVENTOS

Com o objetivo de informar, incessantemente, toda a sociedade sobre os prejuízos que a reforma da Previdência vai trazer aos cidadãos, a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG representou a entidade em eventos ao longo dos meses de março e abril.

No dia 10 de março de 2017, ela marcou presença no Encontro Sindical, Popular e da Juventude contra a reforma da Previdência, realizado no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte/MG.



Arquivo: Ilva Franca

Em 17 de março, compareceu ao ato público realizado em Barbacena/MG e, depois da manifestação, participou, ao vivo, do programa “A Voz do Campo”, da rádio Correio da Serra, comandado pelo jornalista Gabriel Assumpção. O debate contou com representantes do Dieese; da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); e do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e região (Sinter).

Ela também participou, no dia 29 de março de 2017, no sindicato Metabase Inconfidentes, em Congonhas/MG, do “Seminário Sindical,

Popular e da Juventude: Contra a Reforma da Previdência e Trabalhista”.

Em abril (07 e 08/04/2017), a dirigente representou a Associação e a Frente Mineira em três eventos, que discutiram o tema com a população e dirigentes sindicais.

O primeiro foi uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de BH, por solicitação do vereador Gilson Reis (PCdoB), que contou com a presença dos deputados federais Jô Moraes (PCdoB/MG) e Adelmo Leão (PT/MG).

No sábado (08/04/2017), aconteceu o Encontro de fé e política, realizado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), no salão paroquial São Francisco das Chagas, no bairro Carlos Prates, em BH/MG.

No mesmo dia (08/04), ela ainda participou de uma reunião da Diretoria Colegiada do Sindsep-MG (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais), onde foi feita uma avaliação da conjuntura e a preparação para a greve geral do dia 28 de abril de 2017.



Arquivo: Ilva Franca

ASSOCIADAS LANÇAM MÚSICA E ENGROSSAM CORO DO REPÚDIO À PEC 287/2016



Divulgação

As associadas Regina Paletta, Rita Guerra e Terezinha Franco, que sempre encantam o público com suas vozes privilegiadas, lançaram uma música que critica a reforma da Previdência (PEC 287/2016), proposta pelo governo federal no final do ano passado. Atualmente, a PEC está sendo analisada em uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Confira a música de nossas artistas no endereço <https://goo.gl/THcSWk> e ajude-nos na luta contra a aprovação da PEC 287/2016. Acompanhe as notícias sobre o assunto e participe das mobilizações!

PROTESTOS PARAM BH NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher foi marcado por vários protestos no dia 08 de março de 2017, em Belo Horizonte. As manifestações foram em favor da vida e respeito às mulheres, contra a violência a elas e contra as reformas da Previdência (PEC 287/2016) e trabalhista.

A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social integrou o ato público — organizado por movimentos de mulheres — e deixou seu recado em relação à destruição que

o governo está querendo impor à Previdência e à Seguridade Social.

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG reforçou o que vem dizendo ao longo da mobilização contra a PEC 287/2016.

Representaram a ANFIP-MG no ato público, além da presidente, Ilva Franca Lauria, a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci, e a assessora Maria de Fátima Ponzo.



Giuliano Peixoto

ANFIP-MG DEFENDE A PREVIDÊNCIA EM MAIS UM GRANDE ATO PÚBLICO



Fotos: Giuliano Peixoto

No Dia Nacional de Paralisação e Mobilização, ocorrido em 15 de março de 2017, milhares de manifestantes foram às ruas, em Belo Horizonte, protestar contra a reforma da Previdência.

Associações e sindicatos representantes de professores, policiais, servidores públicos e trabalhadores urbanos e rurais, movimentos sociais, estudantes e a juventude de Belo Horizonte e de algumas cidades do interior de Minas reuniram-se nas ruas da capital mineira contra a reforma da Previdência Social (PEC 287/2016).

A ANFIP-MG foi representada pela presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca, a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci, e a assessora Maria de Fátima Ponzó.

Durante a manifestação, Ilva Franca denunciou os absurdos que integram a proposta de reforma, reafirmando, mais uma vez, o que tem dito nas manifestações contra a PEC e o que disse ao longo do cortejo.

Ela disse também que não faz sentido, por meio da DRU, o governo usar para outros fins 30% de um fundo que diz ser deficitário. “Não existe rombo na Previdência, existe, sim, desvio e má gestão”, observou.



EX-MINISTRO AFIRMA QUE REFORMA É FRUTO DE RUPTURA INSTITUCIONAL



O ex-ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, afirmou em seu discurso, durante debate popular realizado no dia 15/03, na ALMG, em Belo Horizonte, que a reforma proposta pelo governo é fruto de uma ruptura da democracia e não vem para dar sustentabilidade no sistema.

Gabas disse que o Brasil tem um dos melhores sistemas de proteção social do mundo e garantiu que a Previdência não tem o problema que o governo está levantando.

Carlos Gabas ressaltou que há desafios a serem enfrentados na Previdência e que é preciso encontrar alternativas de sustentabilidade sim, mas “não se faz isso retirando direitos”, defendeu. “Nenhum país pode abrir mão de um sistema como esse que temos, que protege os trabalhadores. Não podemos desproteger, por exemplo, o homem do campo, fazendo com que ele não tenha alternativas de sobrevivência e estimulando o êxodo rural, o que provocaria um desajuste social imenso”, disse.

O debate foi coordenado pelo deputado estadual e 1º secretário da ALMG, Rogério Correia (PT), representando o presidente da Comissão de Participação Popular da Casa, deputado Adalclever Lopes (PMDB).

DEPUTADOS FEDERAIS MINEIROS CONDENAM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 287)

Representantes de trabalhadores, associações — inclusive a ANFIP-MG —, do movimento estudantil e popular e dirigentes sindicais cobraram o posicionamento dos deputados federais mineiros sobre a PEC 287/2016 (reforma da Previdência), em reunião realizada no dia 20 de março de 2017, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte/MG. A reunião foi solicitada pelo presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes (PMDB), e pelo 1º secretário, deputado Rogério Correia (PT)

Estiveram presentes 11 deputados federais, entre eles o primeiro vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho (PMDB/MG), que, embora seja da base do governo, informou que a bancada de Minas Gerais é contrária à reforma e já publicou, inclusive, um manifesto nesse sentido.

Com o Salão Nobre da Casa lotado, os parlamentares tiveram a oportunidade de ma-



nifestar seu pensamento em relação à matéria. Todos disseram ser contrários à reforma nos termos propostos pelo governo, refutando a ideia de déficit do sistema e citando como base os estudos da ANFIP.

A maioria dos deputados cobrou uma auditoria da dívida pública federal, o fim das desonerações fiscais e da DRU (que desvia, anualmente, 30% da receita da Seguridade Social para outros fins) e a cobrança dos deve-

dores da Previdência, sobretudo os grandes bancos.

Eles ainda salientaram que o objetivo da reforma nada mais é do que destruir a Previdência Pública e privatizar, na prática, o sistema previdenciário e de assistência social do país.

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG e coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, Ilva Franca, mencionou os estudos realizados pela ANFIP que derrubam o mito do déficit na Previdência e afirmou que é necessário continuar com a pressão aos deputados federais.

“Hoje, contamos com a presença de 11 deputados federais, aos quais gostaríamos de agradecer. Mas faltam 42. Agora, temos que pressioná-los e informar que, caso a reforma seja aprovada, nós vamos aposentá-los no ano que vem, nas eleições. Não vamos reeleger deputados que votem contra nossos direitos, inclusive previdenciários e trabalhadores”, pontuou.

DENISE GENTIL DESCONSTRÓI ARGUMENTOS DO GOVERNO

Exposição clara, didática e objetiva. A pesquisadora e professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, destruiu, de forma contundente, todos os argumentos usados pelo governo federal para justificar a reforma da Previdência nos termos propostos na PEC 287/2016.

A palestra “O país sob o risco da destruição da Previdência Social” aconteceu no dia 30 de março de 2017, na Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, e foi uma realização da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social e do Coletivo Mineiro de Resistência: Alternativa Popular.

Uma das maiores especialistas no tema, Gentil informou que integra um grupo de sete pessoas — entre doutores em Economia, engenheiros e outros pesquisadores —, que se debruçaram sobre o modelo atuarial apresentado pelo governo na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC e refutaram, com fundamentos sólidos, as estimativas e cálculos utilizados no documento.

Segundo a professora, a contraposição aos dados apresentados pelo governo o forçou a rever os cálculos e apresentar, às pressas, novo modelo atuarial, também precário e infundado, sem transparência quanto à memória de cálculos.

“Para se ter uma ideia, eles projetaram um crescimento real do salário mínimo maior do que o crescimento projetado para o PIB. Como chegaram a isso não sabemos, pois não apresentaram sequer a memória de cálculos. E é óbvio que, com esse cenário ‘construído’, o futuro seria perverso”, pontuou. “Gente, o governo está brincando de fazer reforma e debochando da nossa cara”, lamentou com escárnio.

O QUE TEM DETERMINADO O RESULTADO FISCAL DA PREVIDÊNCIA

Em sua exposição, Denise Gentil criticou o que chama de total inconsistência fiscal praticada pelo governo, demonstrando o que vem sendo afirmado e defendido pelos críticos da reforma nos termos propostos, inclusive a ANFIP e a ANFIP-MG.

De acordo com ela, não se pode desconsiderar fatores que provocam a queda da arrecadação na Seguridade Social (veja a tabela). Entretanto, a despeito disso, segundo informações do Banco Central, em 2016, o governo apresentava uma disponibilidade em caixa de mais de R\$ 1 trilhão. “Ele anuncia déficit, mas pratica renúncia absurda de receitas. Precisamos saber qual é o discurso correto”, questionou.

Em seguida, Gentil indagou se a Previdência é o que de fato está provocando os

Os determinantes do resultado fiscal da Previdência Social, segundo Denise Gentil

➤ A taxa de desemprego, que derruba a contribuição social dos trabalhadores formais para a Previdência Social;

➤ As desonerações nas receitas da Seguridade Social, cujo montante para 2017 está estimado em mais de R\$ 150 bilhões (cerca de 2,2% do PIB);

➤ A desvinculação de 30% das receitas da União (DRU), para fins diversos dos que foram ordenados originariamente (boa parte dos recursos da DRU deveriam ir para a Seguridade Social, mas são desviados por meio de emendas à Constituição);

➤ Não cobrança dos devedores da Previdência. Em 2015, de cerca de R\$ 350 bilhões de estoque da dívida, foram cobrados apenas 0,32%, pouco mais de R\$ 1 bilhão;

➤ A sonegação fiscal estimada em 2015 chega a mais de R\$ 450 bilhões, sendo R\$ 103,17 bilhões só em contribuições previdenciárias.

problemas na dívida pública, defendendo que a reforma que precisa ser feita é a da política fiscal, relacionada ao Banco Central. “Em 2016, 53% do crescimento da dívida foi decorrente dos juros nominais elevados, 26% do câmbio valorizado; e 21% foi resultado primário. Ou seja, 79% da dívida pública são decorrentes das operações de política monetária e cambial (operações compromissadas, para definir a taxa de juros e o câmbio)”, explicou.

UMA REFORMA DESIGUAL

Para solidificar ainda mais o entendimento de que a reforma da Previdência proposta pelo governo é absurda, a professora Denise Gentil mostrou indicativos de que a mudança prejudicará sobretudo os mais pobres, já que a expectativa de vida deles é bem menor. “As desigualdades não são apenas regionais, mas urbanas também. E tem mais, querem compa-

rar dados demográficos com outras nações, mas a probabilidade de um homem no Brasil não chegar aos 65 anos de idade é de 37%, enquanto na Austrália é de 14%. Em 19 municípios brasileiros a expectativa de vida é de exatamente 65 anos. Em 81, é inferior a 67 anos. Então, suponha dois jovens de 20 anos, sendo um de Alagoas (homem) e outro de Santa Catarina (mulher). Ele viverá 14 anos a menos do que ela. Chegará até os 69 anos e irá usufruir apenas quatro anos de aposentadoria. Ela, 18 anos”, argumentou.

A QUEM INTERESSA A REFORMA?

Para completar, Denise Gentil apontou os interesses por trás da eventual reforma. De acordo com ela, a mudança visa atender a três grupos: os bancos, porque seus fundos de previdência privada complementar ampliam suas carteiras; os proprietários de títulos públicos; e as bancadas do Congresso Nacional que pactuam com os lobbies que negociam votos. Para comprovar a afirmação, mostrou a agenda do secretário da Previdência, Marcelo Caetano, desde 1º de agosto de 2016, em que constam encontros com representantes de bancos, rentistas e empresários. “Somente no dia 5 de dezembro de 2016 é que representantes de centrais sindicais foram ouvidos, quando os bancos já haviam ditado todos os termos da reforma proposta”, afirmou.

PARTICIPAÇÃO DA ANFIP-MG

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Franca, compôs a mesa de honra do evento, representando a Associação e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social. Ela fez um breve histórico da atuação da Frente Mineira, mencionando o debate público sobre a reforma da Previdência, realizado em junho de 2016, na ALMG, e a formação da Frente Parlamentar Mineira em Defesa da Previdência Social, naquela ocasião. “Desde então, estamos na luta contra essa proposta nefasta (PEC 287/2016). Para nós, ela representa a verdadeira destruição da Previdência Social Pública e da Seguridade Social”, disse.

A presidente frisou o fato de que o secretário da Previdência não se reuniu com as lideranças dos trabalhadores para construir a proposta de reforma. “O governo quer acabar com a Previdência Social — que atende toda a população, principalmente os mais pobres — e encaminhar a classe média para a previdência privada”, pontuou. Ela ainda destacou que “estamos em um momento decisivo, já que a estratégia do governo é dividir para enfraquecer o movimento, retirando da proposta os militares e, recentemente, os servidores públicos estaduais e municipais”, observou.

Também estiveram presentes a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, Maria José Comanduci, e o vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes.



MILHARES DE PESSOAS PROTESTAM, EM BELO HORIZONTE, CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Giuliano Peixoto

Outro grande ato público tomou as ruas de Belo Horizonte em 31 de março de 2017. A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social engajou-se no movimento que levou milhares de pessoas a manifestarem-se contra as reformas da Previdência (PEC 287/2016) e trabalhista e contra a terceirização irrestrita do trabalho.

Como nos outros atos, os manifestantes percorreram várias ruas da capital mineira, depois de concentrarem-se na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG e coordenadora da Frente Mineira destacou a atuação do movimento contra a reforma da Previdência e reforçou, mais uma vez,

a necessidade de mostrar aos parlamentares que, se votarem a favor da PEC 287/2016, não serão reeleitos no ano que vem.

Por fim, ela criticou os pontos mais controversos da PEC 287/2016, como a questão das mulheres, dos trabalhadores rurais e dos professores, que serão as categorias mais prejudicadas, caso a proposta seja aprovada.

EM JUIZ DE FORA, ASSOCIAÇÃO REITERA LUTA CONTRA A PEC 287/2016

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Franca, participou, em 10 de abril de 2017, na OAB/MG de Juiz de Fora, de uma audiência pública sobre a reforma da Previdência, que contou com a participação dos deputados federais Margarida Salomão (PT/MG) e Júlio Delgado (PSB/MG).

Em sua fala, frisou que o objetivo do governo é muito claro: destruir a Previdência Social Pública. “Primeiro, extinguiu o Ministério da Previdência, transformando-o num ‘puxadinho’ do Ministério da Fazenda. Depois, nomeou um secretário absolutamente comprometido com os interesses de banqueiros e fundos de pensão privados. Por fim, veio essa proposta de reforma, que pretende acabar com Previdência Social a qual atende toda população (principalmente os mais pobres) e mandar a classe média para os bancos, ou seja, ampliar a clientela deles”, observou.

A presidente ainda reafirmou o que está no

manifesto da Frente Mineira: “Vamos agir nas bases dos parlamentares, vigiar suas decisões e divulgar geral. Quem vota contra o povo não pode nos representar. A trincheira de luta da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social sempre foi esta: a defesa da Previdência Social para todos os brasileiros, sejam trabalhadores, aposentados, pensionistas, jovens, futuras gerações e também miseráveis e incapazes, para que possam garantir sua sobrevivência por meio do trabalho remunerado, seja pela idade avançada, seja pela limitação imposta por uma deficiência”, defendeu.

HOMENAGEM À ANFIP-MG

No evento, a Associação e a Frente Mineira Popular receberam a Diplomação Mérito Sindical Zona da Mata-MG, condecoração idealizada pelo jornalista e apresentador do telejornal Agenda Minas, Rogério Reis, da TV

Bandeirantes.

O Mérito Sindical é considerado a maior honraria oferecida no cenário sindical e trabalhista mineiro. O objetivo é conceder justo reconhecimento às lideranças sindicais, sociais, governamentais e empresariais que estiveram em evidência durante o ano.



Arquivo: Rogério Reis

ANFIP-MG PARTICIPA DA GREVE GERAL

AANFIP-MG e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social — coordenada pela entidade — engrossaram o coro dos manifestantes no ato público contra as reformas da Previdência (PEC 287/2016) e trabalhista (PL 6.787/2016) e contra a Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), realizado no dia 28/04/2017, na região central de Belo Horizonte, que ficou praticamente parada.

O movimento fez parte das atividades da greve geral, deflagrada em todo o país e cujo objetivo é mostrar ao governo que a população não concorda com a retirada de direitos e está cansada de políticos que atuam de acordo com interesses próprios e das grandes corporações do poder econômico.

Representaram a Associação a presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca; a vice-presidente Executiva, Ana Lúcia Guimarães; e a

vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci, além de outros Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, que não se deixaram intimidar pela forte chuva.

Confira a fala da presidente no endereço <https://goo.gl/1EYHUI>.



Giuliano Peixoto



Giuliano Peixoto

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, SENADOR PAULO PAIM (PT/RS) CRITICA DURAMENTE AS REFORMAS

O senador Paulo Paim (PT/RS) — conhecido por sua histórica defesa de aposentados e pensionistas — avisou, em audiência pública realizada na ALMG, no dia 27 de abril de 2017, em BH/MG, que, no Senado, a vida do governo não será fácil para aprovar as reformas da Previdência e Trabalhista. “Falaram que o que passou na Câmara vai passar no Senado. Mas não é bem assim. Quem está dizendo isso é quem tem experiência. Acredito que essas imundícies de propostas de reforma serão barreadas na Casa”, afirmou.

A audiência sobre as reformas da Previdência e Trabalhista foi solicitada — a pedido da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social — pelo presidente da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da ALMG, deputado Celinho do Sinttrocel (PCdoB), que coordenou o debate, após abertura feita pelo presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes (PMDB). O evento serviu de convocação para a greve geral que aconteceu no dia seguinte (28/04).

MANIFESTAÇÃO DA ANFIP-MG

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Franca, compôs a mesa de honra, representando a Associação e a Frente Mineira.

Em nome de 85 entidades, associações classistas, sindicatos, centrais sindicais, organizações populares e movimentos estudantis, que compõem a Frente Mineira, ela manifestou “o mais veemente repúdio à PEC 287/2016, que é a destruição da Previdência Social, e também à terceirização irrestrita — aprovada por meio do PL 4302/98 — e à reforma trabalhista, aprovada em 24/04, por meio do PL 6787/2016, que rasga a CLT e joga no lixo os direitos dos trabalhadores, conquistados historicamente, com muita luta. Foram 296 votos a favor e 177 contra”, pontuou.

Em seguida, ela leu o nome de cada deputado mineiro que votou contra o povo brasileiro, dizendo sim à reforma Trabalhista. Dentre os 53 deputados, 29 votaram a favor do PL 6787/2016 (confira a relação no endereço <https://goo.gl/YbiV8b>). “Vamos dar adeus a esses 29 deputados mineiros que ontem rasgaram a CLT. Vamos lembrar deles todos os dias e, em 2018, não vamos reelegê-los”, afirmou.

“Sabemos que a reforma da Previdência atende aos interesses do mercado financeiro. Não aceitamos que a proteção do nosso futuro



Fotos: Giuliano Peixoto

e das novas gerações, a esperança e a segurança de nossas famílias sejam convertidas em mercadoria, objeto mercantil, clientela cativa para os bancos e fundos de pensão”, argumentou.

Ela afirmou ainda que, nos últimos 20 anos, foram feitas três reformas da Previdência (as emendas 20/98, 41/03 e 47/05) e que é preciso respeitar sua validade e eficácia, principalmente no que se refere às regras de transição estabelecidas por elas e, agora, desprezadas pelo governo e pelo deputado Arthur Maia (PPS/BA), relator da PEC 287/2016.

Ilva Franca afirmou que, para a Frente Mineira, a PEC 287/2016 deve ser rejeitada inteiramente, pois não comporta emendas ou pequenas alterações. “As mudanças de perfumaria não vão corrigir seus fundamentos mercadológicos, liberais e desumanos. A Previdência é uma das maiores invenções da humanidade para convivência coletiva. Vamos lutar para defendê-la desta tentativa de destruição”, conclamou.

Da mesma forma, o coletivo de entidades entende que devem ser rejeitadas as medidas que alteram as correlações de força nas relações trabalhistas em prejuízo dos trabalhadores.

Representaram a Associação, além da presidente, a vice-presidente Executiva, Ana Lúcia Guimarães; e as vice-presidentes de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci; e de Finanças e Patrimônio, Maria José Soares Freire. Também participou o vice-presidente de Assuntos da Seguridade da ANFIP, Décio Bruno Lopes.



SENADOR MANDA RECADO DIRETO AO GOVERNO

Em seu discurso, o senador Paulo Paim falou diretamente para o presidente Michel Temer, olhando para as câmeras que registravam a audiência. “Temer, você deve estar me ouvindo, ou algum assecla seu está. Você, que se aposentou aos 55 anos de idade, recebe R\$ 30 mil de aposentadoria e mais R\$ 35 mil do cargo de presidente, acha justo isto, que essa moçada se aposente depois dos 65 anos?”, perguntou.

“Tenha um minuto de lucidez, só um, e entre em cadeia nacional para dizer que, em homenagem ao povo brasileiro, retira as reformas da Previdência e Trabalhista”, defendeu.

O senador afirmou que o governo está cutucando o povo e informou que recebeu 3.500 moções de Câmaras de Vereadores de todo o país — que tem pouco mais de 5.500 municípios —, contra as reformas da Previdência e Trabalhista, as quais está levando para o Plenário do Senado.

Em seguida, leu uma carta encaminhada pelo senador Renan Calheiros (PMDB/AL) a um grupo de senadores, com duras críticas às reformas. “Eu estou lendo essa carta não é para endeusar ninguém, não é nada pessoal e nem é uma briga partidária. É para mostrar que é preciso saber fazer política. Para a busca do voto em favor do nosso povo é assim que devemos fazer no Parlamento”, observou.

Nesse sentido o senador exemplificou com o fato de ter sido eleito, por aclamação, presidente da CPI da Previdência no Senado — solicitada por ele e cuja instalação aconteceu no dia 26/04/2017. “Se alguém pensa que peguei a presidência da CPI da Previdência porque haviam uns bonzinhos lá, estão enganados. Costurei (o apoio), senador por senador, conversando com lideranças de todos os partidos e dizendo que eu tratava desse tema há muitos anos e não ia entregar a presidência ou a relatoria à vontade dos que querem vender a Previdência Social brasileira. E é assim que vamos fazer com essas reformas”, disse.

ANIVERSARIANTES

ABRIL

Lindalva Rossi Nunes Pinto.....01	Marlene C. Rezende Matos de Sousa.....07	Eneida Maria Alves Pedroso Sampaio.....15	Gabriel Corrêa Pereira.....23
Maria Márcia de M. Gomes Alvarenga.....01	Aparecida Darci Cespedes Rubira.....08	Maristela Muniz Vargas Chaves.....15	João Bosco de Souza.....23
Nádia Carolina de Barros.....01	Irene Ferreira da Silva.....08	Afonso Ligório de Faria.....16	Maria Aparecida Vargas de Souza Lima.....23
Eunice Agostini da Silva.....02	Maria Magdalena Pereira.....08	Elzi Maria de Almeida.....16	Paulo Pinto Coelho.....23
Francisco Cassimiro A. Neto.....02	Vina Cecília de Oliveira Rodrigues.....08	Jane Anália de Oliveira.....17	José Antônio de Faria.....24
José Marciano de Oliveira.....02	Leocílio Alves de Assunção Moura.....09	Orlando Júlio de Freitas.....17	Maria Rosa Pereira Perdigão.....24
Neusa G. B. Mendes Rodrigues.....02	Afonso Celso Teixeira.....10	Zuleika Martins Duarte de Lima.....17	Maria Virginia M. M. Malheiros.....24
Rosangélica de Lysieux D. Freire.....02	Edna Lucia dos Santos.....10	Mara Helena Resende Gomes.....18	Therezinha Fernandes Delgado.....24
Antônio Carlos Nader.....03	Maria Christina de Souza Galil.....10	Silvana Maria Solis Gonçalves.....18	Andréa Elizabeth de Leão Rodrigues.....25
Maria Regina de Souza M. Faria.....03	Marisa Lana Silveira.....10	Ana Lúcia Guimarães Silva.....19	Maria de Fátima Figueiredo e Silva.....25
Nilêda Marta Augusto El-Huaick.....03	Ângela Maria de Carvalhais Levy.....11	Cecília Buzzelli dos Santos.....19	Maria Regina Barros.....26
Elizete Neves Ricaldomi Barbosa.....04	Leticia Alcici Santana.....11	Maria Angélica Rocha do Espírito Santo.....19	Renata de Pinho Marques Carvalho.....27
Lourdes Vieira Martins.....04	Therezinha de Marco Fleury.....11	Therezinha de Jesus Ribeiro Domingues.....19	Diana Giorgio Loureiro.....28
José Arnaldo Garcia.....05	Hélio Victor da Silva.....12	Benedito Pereira Cintra.....20	Lúcio Marcos Bemquerer.....28
Ieda Miranda Rodrigues.....06	Maria de Fatima Machado Abrahão.....12	Márcio Fernando Pinto.....20	Kátia Godinho Santiago.....29
José Carneiro.....06	Ângela Costa Oliveira.....14	Maria de Fátima Carvalho Ponzo.....20	Maria Regina Carneiro Cardoso.....29
Luisa Valadares de Paula.....06	Creusa Maria de Viveiros.....14	Maria Irene de Castro.....20	Silvério Barreto de Oliveira Filho.....29
Mário de Oliveira Aguiar.....06	Expedito Antunes Gomes.....14	Welton Roberto Nacif.....21	Geraldo de Souza.....30
Lúcia Rolim Sampaio.....07	Maria de Lourdes Massoti.....14	Zaiter Gomide Castanheira.....21	José Teófilo Santos Costa.....30
Lydia Gomes de Oliveira.....07	Paulo César Zumpano.....14	Eponina Castor de Mello.....22	

MAIO

Jairo Máximo Balieiro.....01	Minervino Alves de Oliveira.....07	Vilma Maria Soares de Oliveira.....15	Luiz Carlos Ferreira.....24
José Almeida de Sousa.....01	Antônio Carlos Cardoso de Araújo.....08	Marco Aurélio de Freitas Lisboa.....16	Maria D'aparecida Henriques Berger.....25
Suely da Conceição Homem Andrade.....01	Geralda E. Santos de Castro Gilberto.....08	Walter Modesto.....16	Suerdmar José Lelis.....25
Meire Terezinha Fava de Barros.....02	Hélia Bicalho de Freitas.....08	José Dirceu de Carvalho.....17	Cyrene Lindalva Silva.....26
Philomeno Athanázio.....02	Maria Helena Brina Vidal de Almeida.....08	Rosária Helena F. Salviano.....17	Maria Edwiges Caiafa Azevedo.....26
Ana Maria Silveira Monteiro.....03	Nízia do Nascimento Ciodaro.....08	Maria Luiza Jeber Jardim.....18	Rosemary dos Santos.....27
Gilberto Ferreira Rezende.....03	Jamir Campos de Cerqueira.....09	Natércia Mota Machado Gomes.....18	Adahir da Silva Mattos.....28
Amasiles Maria Pozzolini.....04	Paulino Seiji Kuzuhara.....09	Rubens José Corrêa Mascarenhas.....18	Délio José Diniz Ribeiro.....28
Maria do Carmo Paulino Murta.....04	Manoel Vaz dos Santos Júnior.....10	Elba Gonçalves Ferreira Delfino.....19	Vanilde Goulart Silva.....28
Alayde Maciel.....05	Maria das Graças Gualberto.....10	Helena Maria Pinheiro Scabbia de Moraes.....19	Jairo Martins Guerra.....29
Cláudia Mariza Moreira Marinho.....05	Maria José de Souza Mendonça.....10	Eleusis Micheletti Dias.....20	Maria Luiza Magalhães Elias.....29
Diva Pereira dos Santos.....05	Imaculada Conceição Rodrigues Lopes.....11	Marise Grossi.....20	Nilson Luiz de Oliveira.....29
Elma Milan de Souza.....05	Maria das Graças Pereira.....11	Rita Maria Leonardo Pereira Guerra.....20	Maria Claret Gomes.....30
Magna de A. Pimentel Mendonça.....05	Marisa Borato Viana.....12	Silvandir Rodrigues Feijó.....20	Augustsmid Riani.....31
Walter Gandi Delogo.....05	Antônio José Carneiro.....13	Wagner Rodrigues Maia.....20	Laércio Moraes dos Anjos.....31
Antônio Queiroz Cunha.....06	Maria das Graças de Castro.....14	Maria Emília Espindola Bonato.....21	Maria das Graças de Jesus.....31
Lair de Souza Cruz.....06	Maria Geralda Vitor.....14	Nelson Coutinho de Freitas.....22	Mauro Ângelo de Lacerda.....31
Yêda Nogueira Fajardo.....06	Rose Mary Troncoso Lodi.....14	Lucília Marilda de Oliveira.....23	Sandra Rodrigues de Carvalho.....31
Maria de Fátima Rabelo Santos.....07	Terezinha Alves de Heronville da Silva.....14	Anésio Rodrigues da Silveira.....24	

JUNHO

Domingos Corrêa.....01	Mozar Lemos Cordeiro.....08	Ângela de Oliveira Correa.....18	José Guilherme Alves.....25
Iris Aparecida de Fátima Borba Borges.....01	Auriniza Sacchetto Y Cavalcanti.....09	Aquino Laureço César.....19	Lourdes Evangelista da Silva Bréscia.....25
Amâncio Fernandes Caixeta.....02	Cláudia Maria Castelar Campos Alves.....10	Juliana Braga Teixeira.....19	Maria das Graças Gonçalves Queiroz.....25
Izabel Costa Xavier de Barros.....02	Fernando Antônio Alvares Maciel.....10	Nadyr Aparecida Campanha das Dores.....20	Maria Lúcia Drumond Procópio.....25
Júnia Garcia de Mello Fróes.....03	Júnia de Freitas Paula.....10	Rosa Soares Jacob.....20	Ana Maria Teixeira.....26
Kátia Regina de Araújo.....03	Wânia Maria França Capparelli.....10	Deolinda de Fátima Nogueira da Gama.....21	Antônio Carlos Guimarães Soares.....26
Ana Cristina Anastasia Machado.....04	Bernadette Mourão Duarte.....11	João Francisco da Cunha.....21	João Barcellos Corrêa.....26
Pedro Américo Campos Alvim.....04	Emar Eustáquio Nunes Linhares.....11	Maria Inês Pereira Dias.....21	Alcides Nadir Santana.....27
Edma Sueli Rosa D'Assumpção.....05	Maria Rosália Bontempo Martins.....11	Marta Leni Pimenta Oliveira.....21	Edson Joffre Faria.....27
Eneyda de Oliveira Garcia.....05	Neli Furlan de Rezende.....11	Pedro Antônio Moreira.....21	Lucy Martins da Cunha.....27
Mauro Lucas de Almeida.....05	Antônio de Lima Mattos.....14	Antônio Olímpio de Melo.....22	Antônio Paulo Pires.....28
Maria Lúcia Barbosa.....06	Geraldo de Melo Vilaça.....14	Divaldo Mello Jardim.....22	César Augusto Alves Neto.....28
Marisa Braga Olivar da Cruz.....06	Maria Beatriz Ferreira Roberto.....14	Evandro Costa.....22	Eliana Maria Tameirão de Andrade.....28
Áurea Maita T. N. Henriques.....07	Sebastião de Souza.....14	Flávia Prates Schulthais.....22	Ruth Prata Gomes de Faria.....28
Maria Madalena Vieira.....07	Renilda Fátima de Oliveira.....15	Márcia Maria Bacha Fernandes.....22	Liliane M. Cobucci Souza Rabelo.....29
Nelsa Andrade Paiva.....07	Sylvia Moreira Fartes.....15	Maria Montenegro Menezes.....22	Wanda Maria de Amorim Aguiar.....29
Renilda Reis da Cruz.....07	Aureliano Fagundes de Oliveira.....16	Sônia de Andrade Reis Sales.....22	Beatriz Bizzotto.....30
Roberto de Andrade Pinto.....07	Donata de Souza Guerra.....16	Geraldo Agripino Bento.....23	Clice Vianna Yered.....30
Rui Avelar de Souza.....07	Maria da Glória Rosa de Freitas.....16	Dirceu Nery.....24	Cyro Teixeira.....30
Diorcisa das Mercês Paes de Lima.....08	Eloisa Pedrosa Assumpção.....17	Maria José de Figueiredo.....24	Maria A. Valladares Guimarães.....30
Maria da Glória Dutra.....08	Marluce Josefa de Miranda Silva.....17	Amazilles Cattete Tamietti.....25	Nair Zuchi Ozório.....30

FALECIMENTOS

Alayde Maciel | Aposentada-Varginha (04/11/2016)

Zilda F. da Matta Machado | Pensionista-BH (12/11/2016)

Jair Lara | Aposentado-Barbacena (29/12/2016)

Ordália de Azevedo Pimenta | Pensionista-BH (17/01/2017)

José Guilherme Alves | Aposentado-Belo Horizonte (11/03/2017)

AGRADÁVEL ENCONTRO CASUAL

A ANFIP-MG proporcionou uma agradável tarde aos associados, no dia 5 de abril de 2017, em sua sede, na capital mineira.

O Encontro Casual contou com a participação especial da associada Zoé Mendonça Jorge, que preparou sorvetes de diversos sabores para os convidados.

Também houve hora dançante e foram servidos outros quitutes, como salada de frutas, bolos e tira-gostos.

Na ocasião, a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais, Maria Lisboa Macedo, agradeceu a presença dos participantes e conclamou todos a frequentarem mais a Associação. “Vamos promover mais encontros como esses, para estimular os colegas a frequentarem mais a ANFIP-MG”, disse.

Além de ter sido uma boa oportunidade de saborear as delícias que foram servidas, os associados puderam confraternizar-se com os colegas e receberam da presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca, informes sobre as atividades desenvolvidas pela ANFIP-MG e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social — coordenada pela Associação —, contra a PEC 287/2016, que trata da reforma da Previdência. Ela conclamou todos a participarem dos atos públicos e mobilizações.

Fotos: Mariane Viana/Luciana Neves



REAJUSTE SALARIAL**SE APROVADA NA COMISSÃO MISTA, MP 765/2016 VAI AO PLENÁRIO DA CÂMARA**

O relator da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória (MP) nº 765/2016 (dispõe sobre a remuneração dos Auditores-Fiscais), senador Fernando Bezerra (PSB/PE), apresentou, no dia 25 de abril de 2017, parecer recomendando a aprovação da matéria, na forma de Projeto de Lei de Conversão. O próximo passo do processo legislativo é a votação da MP na Comissão Mista. Caso seja aprovada, será encaminhada ao Plenário da Câmara.

Editada em 31 de dezembro de 2016, a MP modificou a forma de remuneração dos Auditores Fiscais, que agora recebem vencimento básico — em vez de subsídio — e instituiu o Bônus de Eficiência e Produtividade, concedido integralmente aos ativos e de forma decrescente aos inativos, acabando com a paridade.

A ANFIP propôs e lutou por emendas que, em suma, dispunham sobre a manutenção do subsídio como forma de remuneração e da paridade entre ativos e inativos. Entretanto, essas emendas não foram acatadas pelo relator da matéria.

TRAMITAÇÃO E TEOR DO TEXTO

A Comissão Mista que analisou a MP 765/2016 foi instalada apenas em março/2017 e o prazo de vigência da matéria foi prorrogado por duas vezes (02/02 a 02/04 e 03/04 a 01/06/2017).

No dia 18 de abril de 2017, foi realizada uma audiência pública sobre a medida, na qual a ANFIP foi representada pelo vice-presidente de Política Salarial, Antonio Silvano Alencar de Almeida.

O relator basicamente não alterou a proposta do governo, mantendo o reconhecimento do Auditor-Fiscal como autoridade aduaneira e tributária e a injusta quebra da paridade, já que não estendeu, aos aposentados e pensionistas, o valor integral do bônus de eficiência, fato que é objeto principal de nossa luta.

JUDICIALIZAÇÃO

Em outro âmbito de atuação, a ANFIP contratou a Advocacia Velloso, cujo titular é o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, a fim de propor medidas judiciais.

As ações a serem interpostas visam garantir aos associados aposentados e pensionistas a percepção, nos mesmos moldes dos servidores ativos, do Bônus de Eficiência e Produtividade, em razão da paridade constitucional; isonomia na percepção do bônus aos associados da ativa, caso ele seja mantido após a conversão em lei da medida provisória; e o restabelecimento das rubricas que compunham a remuneração dos associados antes da sua transformação em subsídio, já que a MP reinstalou o vencimento básico.

(Com informações da ANFIP)

ALGUNS DOS ITENS DA PAUTA NÃO REMUNERATÓRIA E SALARIAL

➤ Declara como essenciais e indelegáveis as atividades dos servidores da RFB;

➤ Altera a denominação da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil para Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário;

➤ Reconhece como autoridades aduaneiras e tributárias os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil;

➤ Institui o Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, pago integralmente aos ativos, conforme aferição trimestral e aos inativos, de forma decrescente, na proporção do tempo decorrido do início de sua aposentadoria ou pensão. A nova rubrica não tem incidência de contribuição previdenciária;

➤ Cria o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da RFB, composto somente por representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Casa Civil da Presidência da República;

➤ Institui o Índice de Eficiência Institucional, composto de indicadores de desempenho e metas, a ser fixado em regulamento, com o objetivo de aferir o valor global do Bônus de Eficiência e Produtividade;

➤ Veda o recebimento do bônus os Auditores Fiscais que estejam cedidos a outros órgãos, exceto exercendo atividades na Secretaria de Políticas de Previdência Social, na Superintendência Nacional de Previdência Complementar, gabinetes de Ministro de Estado, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e requisitados com base legal;

➤ Veda a recuperação de adicionais devidos quando da instituição do subsídio, em 2008, como adicionais de tempo de serviço, agregações decorrentes de cargos ocupados, etc.

OPINIÃO**VICE PRESIDENTE DE POLÍTICA DE CLASSE E CULTURA PROFISSIONAL**

Ao assumir a Vice-presidência de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, sabia o quão árduo seria o encargo de representar nossa categoria no momento político por que passa o país.

Vivemos a maior crise institucional, econômica e de retirada de direitos, sendo que os trabalhadores são chamados a pagar a conta da má gestão e corrupção que se alastrou nos últimos tempos.

Os trabalhadores, especialmente os servidores públicos, são colocados como vilões e culpados pelo esvaziamento dos cofres públicos, numa total inversão de valores, já que o Estado moderno, ente constitucional e democrático, deve priorizar a melhoria da vida de seus cidadãos. Não é o mercado, nacional ou internacional, que deve ditar suas leis, e sim a vontade do povo soberano.

Ao acompanhar mais de perto os desdobramentos das ações governamentais e dos membros do Congresso Nacional, tenho ficado cada vez mais estarecida, para não dizer revoltada.

Somos mais de 200 milhões de indivíduos governados por cerca de 600 políticos, que agem em benefício próprio, enquanto deveriam representar os nossos interesses.

Porém, tanto como pessoa ou como Auditora Fiscal da RFB, quanto como associada, e ainda como representante da ANFIP-MG, não desistirei de lutar enquanto houver um mínimo espaço para que possamos, enquanto Associação, preservar os direitos conquistados ao longo do tempo por colegas valorosos que nos antecederam.

A votação da MP 765/2016, enviada ao Congresso Nacional no fim do ano e que pretende resolver os pleitos de nossa última e mais longa campanha salarial, vem sendo postergada na Comissão Especial. O governo insiste na aprovação açodada de mudanças constitucionais e leis que retiram direitos dos trabalhadores e procuram proteger os envolvidos nos escândalos de corrupção.

Na PEC 287/2016 (reforma da Previdência), o governo não admite flexibilizações nas regras duras impostas aos servidores públicos federais, principalmente àqueles que ingressaram até 2003 e têm direito à integralidade e paridade constitucionais, apostando na redução dos pagamentos de benefícios a curto prazo, pelo fato de os servidores adiarem a aposentadoria para receber um benefício maior.

Assim, entendemos que há necessidade de lutarmos pela ampliação das regras de transição referentes ao RPPS contida na proposta, para que possamos ter maiores chances de manter a integralidade e a paridade daqueles que têm este direito constitucional (aposentados e aposentáveis que ingressaram até 2003), na MP 765/2016.

Estamos empenhados nesta luta, convocando todos os associados e familiares a participar dos atos e mobilizações que vêm sendo articulados contra as reformas propostas pelo governo, que retiram direitos tão duramente conquistados pelos trabalhadores.

Maria José Comanduci
VP Pol. Classe e Cultura Prof. ANFIP-MG
Biênio 2016/2018